



QUANTIDADE DE NORMAS EDITADAS NO BRASIL: 34 ANOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

GILBERTO LUIZ DO AMARAL
JOÃO ELOI OLENIKE
LETÍCIA M. FERNANDES DO AMARAL
CRISTIANO LISBOA YAZBEK
FERNANDO STEINBRUCH

Outubro de 2022

AO COMPLETAR 34 ANOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA É COMPLEXA, CONFUSA E DE DIFÍCIL INTERPRETAÇÃO

*Foram editadas mais 7,1 milhões de normas
Em média são editadas 829 normas por dia útil
Em matéria tributária, foram editadas 466.561 normas
São mais de 2,26 normas tributárias por hora (dia útil)
Em 34 anos, houve 18 emendas constitucionais tributárias
Foram criados inúmeros tributos, como CPMF, COFINS, CIDES, CIP, CSLL,
PIS IMPORTAÇÃO, COFINS IMPORTAÇÃO, ISS IMPORTAÇÃO
Foram majorados praticamente todos os tributos
Em média cada norma tem 3 mil palavras*

Desde 05 de outubro de 1988 (data da promulgação da atual Constituição Federal), até agora (base 30/09/2022), foram editadas 7.129.074 (sete milhões, cento e vinte e nove mil e setenta e quatro) normas que regem a vida dos cidadãos brasileiros. Isto representa, em média, 575 normas editadas todos os dias ou 829 normas editadas por dia útil.

Normas Gerais Federais

No âmbito federal, foram editadas 181.642 normas desde a promulgação da Constituição Federal, passando por 6 emendas constitucionais de revisão, 125 emendas constitucionais, 2 leis delegadas, 137 leis complementares, 6.709 leis ordinárias, 1.745 medidas provisórias originárias, 5.491 reedições de medidas provisórias, 14.014 decretos federais e 153.412 normas complementares (portarias, instruções normativas, ordens de serviço, atos declaratórios, pareceres normativos, etc.).

Em média, foram editadas 14,64 normas federais por dia ou 21,13 normas federais por dia útil nestes 34 anos.

QUANTIDADE DE NORMAS EDITADAS - 33 ANOS DA CF DE 1988		
NORMAS FEDERAIS	GERAIS	TRIBUTÁRIAS
CONSTITUIÇÃO FEDERAL	1	1
EMENDAS CONSTITUCIONAIS DE REVISÃO	6	-
EMENDAS CONSTITUCIONAIS	125	18
LEIS DELEGADAS	2	-
LEIS COMPLEMENTARES	137	60
LEIS ORDINÁRIAS	6.709	1.171
MEDIDAS PROVISÓRIAS ORIGINÁRIAS	1.745	274
MEDIDAS PROVISÓRIAS REEDITADAS	5.491	1.674
DECRETOS FEDERAIS	14.014	1.728
NORMAS COMPLEMENTARES*	153.412	33.614
TOTAL	181.642	38.540
MÉDIA POR DIA	14,64	3,11
MÉDIA POR DIA ÚTIL	21,13	4,48

Normas Gerais Estaduais

Os Estados editaram 2.072.145 normas, sendo 482.577 leis complementares e ordinárias, 662.912 decretos e 926.656 normas complementares. Em média foram editadas 166,97 normas por dia ou 240,99 normas por dia útil, em nível estadual. Neste período, em média, cada Estado editou 76.746 normas, o que dá 6,18 norma/dia ou 8,93 norma/dia útil.

Normas Gerais Municipais

Já os Municípios são responsáveis pela edição de 4.875.287 normas, divididas em 872.091 leis complementares e ordinárias, 981.341 decretos 3.021.855 normas complementares. Em média, os municípios brasileiros editaram 392,85 normas por dia ou 567 normas por dia útil. Assim, considerando que existem 5.567 municípios no Brasil, cada um deles editou, em média, 875,75 normas neste período.

Normas Tributárias

Do total de normas editadas no Brasil nestes 34 anos, cerca de 6,54% se referem à matéria tributária. São 38.540 normas tributárias federais (8,26% das normas tributárias), 154.030 normas tributárias estaduais (33,01% das normas tributárias) e 273.991 normas tributárias municipais (58,73% das normas tributárias).

TOTAL DE NORMAS EDITADAS	GERAIS	TRIBUTÁRIAS
FEDERAL	181.642	38.540
ESTADUAL	2.072.145	154.030
MUNICIPAL	4.875.287	273.991
	7.129.074	466.561

Normas Tributárias por Dia

Em média foram editadas **37 normas tributárias/dia ou 1,5 norma tributária por hora.**

QUANTIDADE DE NORMAS EDITADAS POR DIA		
	GERAIS	TRIBUTÁRIAS
FEDERAL	15	3
ESTADUAL	167	12
MUNICIPAL	393	22
	575	37

Normas Tributárias por Dia Útil

QUANTIDADE DE NORMAS EDITADAS POR DIA/ÚTIL		
	GERAIS	TRIBUTÁRIAS
FEDERAL	21	4
ESTADUAL	241	18
MUNICIPAL	567	32
	829	54

Em média foram editadas **54 normas tributárias/dia útil ou 2,26 normas por hora/útil.**

Dividindo-se a média/dia útil das normas federal, estaduais pelos 26 Estados e DF, e a média/dia útil das normas municipais pelos 5.567 municípios brasileiros temos que são editadas por dia cerca de 5,15 normas tributárias.

Normas Tributárias em Vigor

Do total de 7.129.074 normas gerais, 13,02%, ou 928.205 normas estavam em vigor quando a Constituição Federal completou 34 anos. Das 466.561 normas tributárias editadas desde a promulgação da Constituição Federal, 6,96% ou 32.460 estavam em vigor em 30 de setembro de 2022.

Quantificação das Normas Tributárias - Composição

Em média, cada norma tributária editada tem 11,27 artigos, cada artigo tem 2,33 parágrafos, 7,45 incisos e 0,98 alínea. Assim, foram editados neste período 5.239.480 artigos, 12.207.988 parágrafos, 39.034.126 incisos e 5.134.690 alíneas.

Estão em vigor 364.526 artigos, 849.346 parágrafos, 2.715.721 incisos e 357.236 alíneas.

Quantidade das Normas Tributárias em Vigor: Pela Ótica das Empresas

Como a média das empresas não realiza negócios em todos os Estados brasileiros, a estimativa de normas que cada um deve seguir é de 4.869, ou 54.679 artigos, 127.402 parágrafos, 407.358 incisos e 53.585 alíneas.

Isto corresponde a 6,6 quilômetros de normas, se impressas em papel formato A4 e letra tipo Arial 12. Em decorrência desta quantidade de normas, as empresas gastam cerca de R\$ 207 bilhões por ano para manter pessoal, sistemas e equipamentos no acompanhamento das modificações da legislação.

Ano destaque em Quantidade de Normas Editadas

Neste ano de 2022, aniversário de 34 anos da promulgação da Constituição Federal, foi o ano com maior número de Leis Complementares e Ordinárias editadas, na esfera Federal, alcançando o número de 259, no total.

Em 2019 houve a maior quantidade de Decretos Federais, totalizando 604 e, entre 01 de outubro de 2021 e 30 de setembro de 2022 foram editadas 67 Medidas Provisórias, tendo sido o segundo maior ano em quantidade de Medidas Provisórias, perdendo apenas para o ano de 2020, quando foram editadas 108 Medidas Provisórias.

Quantidade de Normas por Habitante

Dividindo-se a quantidade de normas editadas pelo número de habitantes do país, verifica-se que nos três anos anteriores à promulgação da Constituição de 1988 foi editada 1 (uma) norma geral para cada grupo de 300 habitantes. No período acumulado, de 1989 a 2022, o número de normas editadas foi de uma para cada 30 habitantes.

ANO	POPULAÇÃO*	QUANTIDADE NORMAS GERAIS EDITADAS	QDE. NORMAS TRIBUTÁRIA S EDITADAS	GRUPO DE HABITANTES POR NORMA GERAL	GRUPO DE HABITANTES POR NORMA TRIBUTÁRIA
1985 a 04/10/1988	137.178.106	457.141	29.713	300	4617
1989	142.922.447	543.998	118.922	263	1202
1990	145.498.408	641.917	123.893	227	1174
1991	147.829.114	751.043	129.072	197	1145
1992	150.221.490	889.986	134.467	169	1117
1993	152.626.209	1.060.864	140.087	144	1090
1994	155.043.203	1.259.776	145.943	123	1062
1995	157.472.402	1.498.564	152.043	105	1036
1996	159.913.740	1.787.127	158.398	89	1010
1997	162.367.151	2.126.681	165.019	76	984
1998	164.832.569	2.479.285	171.916	66	959
1999	167.309.929	2.782.984	179.102	60	934
2000	169.799.170	2.896.208	186.588	59	910
2001	170.985.986	3.014.739	194.388	57	880
2002	172.059.217	3.139.908	202.513	55	850
2003	174.543.960	3.267.654	210.977	53	827
2004	177.040.157	3.315.947	219.796	53	805
2005	179.929.714	3.434.805	225.626	52	797
2006	182.456.722	3.510.804	229.616	52	795
2007	183.941.359	3.628.013	235.900	51	780
2008	186.572.933	3.776.364	240.210	49	777
2009	189.193.242	3.989.765	244.148	47	775
2010	190.732.694	4.155.915	249.124	46	766
2011	192.376.496	4.353.665	275.094	44	699
2012	193.946.886	4.614.449	290.932	42	667
2013	201.032.714	4.785.194	309.147	42	650
2014	203.202.000	4.960.610	320.343	41	634
2015	204.450.649	5.241.914	352.366	39	580
2016	206.081.432	5.471.980	363.779	38	567
2017	207.660.929	5.679.157	377.566	37	550
2018	208.812.863	5.876.143	390.726	36	534
2019	210.147.125	6.087.473	403.322	35	521
2020	212.032.184	6.475.682	419.387	33	506
2021	213.317.639	6.782.002	443.236	31	481
2022	214.955.250	7.129.074	466.561	30	461



Estudo e Pesquisa de responsabilidade:

IBPT – Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação:

- Entidade criada em 12/12/92, cujo objetivo é a difusão de sistemas de economia legal de impostos; divulgação científica do tema; estudo de informações técnicas para a apuração e comparação da carga tributária individual e dos diversos setores da economia; e, análise dos dados oficiais sobre os tributos cobrados no Brasil.

<http://www.ibpt.org.br>

METODOLOGIA E BASE DE DADOS DO ESTUDO

- Para o levantamento de dados das normas federais foi utilizada a legislação federal através dos sites (www.planalto.gov.br) e as normas editadas pela Receita Federal do Brasil (www.receita.fazenda.gov.br).

- Para o levantamento dos dados dos estados e dos municípios foram utilizados os sites das secretarias de fazenda dos estados e dos municípios e a elaboração de estimativas, bem como o banco de dados do IBPT (www.ibpt.org.br).



Coordenação:

Dr. GILBERTO LUIZ DO AMARAL, advogado tributarista, contador, consultor de empresas, professor de pós-graduação em governança tributária. Presidente do Conselho Superior e Coordenador de Estudos do IBPT – Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação.

gilberto.amaral@ibpt.org.br

Prof. JOÃO ELOI OLENIKE, tributarista, contador, auditor, professor de contabilidade e planejamento tributário. Presidente Executivo do IBPT – Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação.

joao.olenike@ibpt.org.br

Dra. LETÍCIA MARY FERNANDES DO AMARAL, advogada tributarista, mestra em Direito Internacional pela Universidade de Toulouse, França, professora de governança tributária. Vice-Presidente do IBPT – Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação.

leticia.amaral@ibpt.org.br

Dr. CRISTIANO LISBOA YAZBEK, advogado especialista em Legislação e Planejamento Tributário, Mestre em Direito Econômico e Socioambiental pela PUC-PR, professor de governança tributária. Diretor de Negócios do IBPT – Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação.

cristiano.yazbek@ibpt.org.br

Dr. FERNANDO STEINBRUCH, Advogado, administrador, especialista em direito tributário (IBET), Mestre em Direitos Fundamentais (ULBRA), professor de governança tributária. Pesquisador do IBPT – Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação.

fsteinbruch@terra.com.br